

Handwritten notes and signatures at the top right of the page, including the word "Secret" and a signature.

Relatório & Contas
minhocom, gestão de infraestruturas
de telecomunicações, e.i.m.

31 de dezembro de 2014



Índice

A)	RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2.	ATIVIDADE DA ENTIDADE	17
3.	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	21
4.	PERSPETIVAS FUTURAS	21
5.	AÇÕES PRÓPRIAS	22
6.	AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	22
7.	SUCURSAIS DA SOCIEDADE	22
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	22
9.	OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	23
10.	INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	23
11.	DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
12.	NOTA FINAL	24
B)	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	25
C)	ÓRGÃOS SOCIAIS	26
D)	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	27
	BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	27
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	28
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2014	29
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2013	30
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA – PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	31
	ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	32
E)	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	56
F)	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	57

A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.mos Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex^{as}. o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2014.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma ligeira abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1. Enquadramento macroeconómico

1.1 Quadro macroeconómico internacional

A incerteza associada às perspetivas económicas mundiais permanece elevada. Assistiu-se, nos últimos meses, ao aumento das tensões geopolíticas na Rússia, culminando na imposição de sanções por parte dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Europeia (UE). Tal facto pode afetar a recuperação do crescimento económico mundial e da confiança, fatores determinantes para a retoma do investimento. Adicionalmente, os conflitos geopolíticos instalados nos principais países produtores de petróleo (Irão, Líbia, Ucrânia e Rússia) poderão igualmente provocar perturbações na oferta do petróleo e alterar os preços, no sentido de subida, contrariando a atual tendência descendente. Por outro lado, nos EUA, o fim dos estímulos monetários decidido recentemente por parte da Reserva Federal veio trazer alguma indefinição na orientação da política monetária. Sendo que, qualquer subida das taxas de juro poderá ter impacto no ritmo de crescimento da economia dos EUA e aumentar a instabilidade nos mercados financeiros internacionais.

Ainda assim, as atuais projeções apontam para uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente sobretudo no reforço do crescimento das economias avançadas, onde se evidencia um crescimento relativamente forte dos EUA, mais moderado na economia europeia, com uma evolução muito distinta entre os estados membros (mais forte no Reino Unido, Suécia e países bálticos) e mais fraco para a área do euro. O conjunto dos países emergentes apresenta um crescimento menos forte, apesar de continuar robusto em alguns países asiáticos (China e Índia), refletindo políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos e o agravamento das tensões geopolíticas em torno da crise na Ucrânia.

Neste contexto, em 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresceu 3,3%, enquanto em 2013 terá aumentado cerca de 3,1%, segundo fontes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Comissão Europeia (CE).

Relativamente à área do euro, assistiu-se em 2014 a uma diminuição dos riscos financeiros associados às dívidas soberanas, devido, em parte, à persistência de uma política monetária marcadamente flexível do Banco Central Europeu (BCE) que permitiu evitar a escassez de financiamento nas diferentes economias. Por outro lado, é de realçar os progressos alcançados na construção da União Bancária, processo destinado a limitar a fragmentação financeira e a divergência nas condições de financiamento entre os países da área do euro. Estes desenvolvimentos, a par de uma recuperação económica significativa dos países mais periféricos da área do euro e mais vulneráveis à crise da dívida soberana, e a preferência de investidores internacionais pela aquisição de títulos de dívida destes países, contribuíram para a melhoria das condições de financiamento externo destas economias.

Assim, para a área do euro, prevê-se uma recuperação gradual da economia, associada à melhoria das exportações e à recuperação da procura interna, resultado do seguimento de uma política monetária acomodatória num contexto de baixa taxa de inflação durante um período prolongado, devendo o PIB aumentar para cerca de 0,8%, invertendo a recessão registada nos últimos dois anos.

Indicadores Macroeconómicos	2012	2013	2014 ^(e)
PIB:			
EUA	2,3	2,2	2,2
UNIÃO EUROPEIA	-0,4	0,0	1,4
ÁREA EURO	-0,7	-0,5	0,8
JAPÃO	1,5	1,5	0,9

Fonte: GPEARI Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e) - estimativa

Os PIB's da União Europeia e da área do euro retomaram o crescimento no final de 2014, o PIB da UE aumentou para 1,4% e o PIB da área do euro para 0,8%. Tal crescimento resultou, também, da evolução positiva dos indicadores de confiança.

Quanto à taxa de inflação, as projeções indicam um ligeiro aumento na generalidade das economias mais avançadas para se situar em níveis próximos de 1,6% em 2014 (1,4% em 2013). Enquanto para o conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento deve diminuir para os 5,6% (5,8% em 2013), com destaque para a continuação de taxas elevadas em alguns países da América Latina (Brasil), da Ásia (Índia) e Rússia. Tanto para a área do euro como para

os EUA, a taxa de infla76o deve manter-se a um n6vel baixo durante um longo per6odo, estando previsto, situar-se, em cerca de 0,5% para o primeiro caso e n6o ultrapassar os 2% para o segundo, em 2014 e 2015.

Em resultado de uma ainda fraca atividade econ6mica decorrente do processo de ajustamento dos balan7os dos setores p6blico e privado, as condi76es do mercado de trabalho da 6rea do euro n6o apresentaram melhorias significativas face aos anos anteriores, estando previsto um aumento t6nuo do emprego a partir de 2014 (em cerca de 0,4%) e uma ligeira diminui76o da taxa de desemprego, a qual n6o dever6 descer abaixo dos 11,4% em 2015. De acordo com a CE, a taxa de desemprego desceu ligeiramente para 10,3% na Uni6o Europeia e 11,6% na 6rea do euro, traduzindo uma grande disparidade de situa76es entre os diferentes pa6ses. Assim, de entre os pa6ses da 6rea do euro, est6 previsto uma descida mais significativa da taxa de desemprego para a Gr6cia, Irlanda e Espanha.

Indicadores Macroecon6micos	2012	2013	2014 ^(e)
Infla76o:			
EUA	2,1	1,5	1,8
UNI6O EUROPEIA	2,6	1,5	0,6
6REA EURO	2,5	1,4	0,5
JAP6O	0,0	0,4	2,8
Taxa de Desemprego:			
EUA	8,1	7,4	6,3
UNI6O EUROPEIA	10,5	10,8	10,3
6REA EURO	11,4	11,9	11,6
JAP6O	4,4	4,0	3,8
6ndice de Produ76o Industrial:			
EUA	3,6	2,9	4,6
UNI6O EUROPEIA	-2,1	-0,5	1,2
6REA EURO	-2,5	-0,7	0,9
JAP6O	0,2	-0,6	-1,2

Fonte: FMI/ Comiss6o Europeia/ Eurostat/ GPEARl Finan7as
 Leitura: Varia76o Percentual
 (e) - estimativa

Os pre7os das mat6rias-primas voltaram a registar em 2014 uma desacelera76o, em linha com a fraca procura mundial, especialmente da China e da Europa, e devido sobretudo 6 baixa dos pre7os dos produtos alimentares e 6 quebra mais acentuada dos pre7os dos metais. O pre7o do petr6leo desacelerou em 2014, para se situar, em m6dia, abaixo dos 100USD/bbl (72€/bbl), refletindo n6veis de oferta de petr6leo que excederam os da procura; em parte, associado 6 explora76o de 6leo de xisto nos EUA e 6 fraca procura mundial, nomeadamente da China.

A descida do preço do petróleo nos mercados internacionais é benéfica para países que dependem das importações de crude, como é o caso de Portugal, mas neste caso existe também o reverso da moeda: a forte ligação do mercado português a Angola. Sendo a produção de petróleo a principal fonte de receitas de exportação e fiscais (perto de 95% das exportações e 30% do PIB do país), Angola está a sofrer o impacto da queda abrupta desta matéria-prima, cujo preço do barril, após mais de três anos acima dos 100 dólares, atingiu em 31 de dezembro de 2014 um mínimo histórico desde maio de 2009, fixando-se nos 53,27USD/bbl. No conjunto do ano de 2014, a queda foi de 46%.

A descida acentuada das receitas com petróleo está a provocar o segundo choque económico em Angola desde 2009. Portugal, como principal fornecedor, enfrenta desafios como descidas nas vendas, cancelamentos de obras e mais atrasos nos pagamentos decorrentes de uma crescente generalizada escassez de dólares.

Em Angola, os baixos preços transformaram um orçamento excedentário num orçamento deficitário, havendo a expectativa que esta tendência se acentue com novas descidas no preço do crude. Neste contexto, a resposta política à queda dos preços será fundamental para determinar se a pressão externa conduz ou não a uma pressão sobre o "rating" angolano.

Materias-primas	2012	2013	2014 ^(e)
Petróleo Brent USD/Barril (1)	111,6	108,6	99,7
Bens Agrícolas (2)	-12,7	1,6	2,8
Metais (2)	-16,8	-4,3	-9,5

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD / (2) Variação Percentual
 (e) - estimativa

A dezembro de 2014, a taxa de câmbio do euro depreciou-se face às principais divisas internacionais, tendo o euro se situado nos 1,214 dólares americanos no final do ano, representando uma depreciação de 14% face ao final do ano de 2013 (1,379 dólares americanos). Pelo contrário, em resultado da crise financeira da Rússia, o euro apreciou-se face ao rublo em cerca de 48% face ao final de 2013.

Divisas	2012	2013	2014
EUR/USD	1,319	1,379	1,214
EUR/JPY	113,61	144,72	145,23
EUR/GBP	0,816	0,834	0,779
EUR/CHF	1,207	1,228	1,202

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

Nos últimos meses, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) anunciou um conjunto de medidas com o objetivo de tornar a política monetária mais acomodaticia. Para além das reduções nas taxas de juro oficiais, foi decidido efetuar várias medidas de política monetária não convencional. Assim sendo, em dezembro de 2014, o BCE decidiu manter a taxa das operações principais de refinanciamento em 0,05%.

As taxas de juro do mercado monetário do euro acompanharam a descida das taxas de juro oficiais. Assim, no final de dezembro de 2014, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em 0,08%, 0,17% e 0,33%, respetivamente. Enquanto nos EUA, as taxas de juro de curto prazo subiram ligeiramente.

Taxas de Juro Referência	2012	2013	2014
Zona Euro	0,75	0,25	0,05
EUA	0,25	0,25	0,25
Japão	0,10	0,10	0,10
Reino Unido	0,50	0,50	0,50

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Percentagem, no final do período

Taxas de Juro Mercado Monetario	2012	2013	2014
Zona Euro			
Eonia	0,13	0,45	0,14
Euribor 1 mês	0,11	0,22	0,02
Euribor 3 meses	0,19	0,29	0,08
Euribor 6 meses	0,32	0,39	0,17
Euribor 12 meses	0,54	0,56	0,33
EUA			
Libor 3 meses	0,31	0,24	0,26
Japão			
Libor 3 meses	0,18	0,15	0,11

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Percentagem, no final do período

No final de 2014, continuou a assistir-se a uma elevada volatilidade dos 6ndices bolsistas internacionais. Enquanto nos EUA, os principais 6ndices evolu6ram favoravelmente, no caso da 6rea do euro, a descida dos pre7os das a76es foi influenciada pelas preocupa76es quanto ao ritmo de crescimento econ6mico mundial, pela instabilidade pol6tica em certos pa6ses (caso da Gr6cia) e pela crise financeira da R6ssia ampliada com a descida abrupta do pre7o do petr6leo.

Mercados Bolsistas	2012	2013	2014
Dow Jones EURO STOXX	-6,5	17,5	13,1
Nikkei 225	-3,5	48,7	48,7
Standard & Poors 500	8,7	19,1	16,9

Fonte: Banco Central Europeu

Adicionalmente, perante a tend6ncia negativa do euro e a expectativa de mais quedas devido ao programa de compra de d6vida p6blica que o BCE est6 a formalizar, o banco central su67o abandonou a indexa76o do franco su67o ao euro. Em 2011, o banco central su67o tinha definido que a moeda do pa6s deveria ter um c6mbio m6nimo de 1,20 francos su67os por euro, com o objetivo de proteger a economia su67a da turbul6ncia originada com a crise da d6vida soberana da 6rea do euro. A autoridade monet6ria temia que uma queda do euro, em resultado da crise da d6vida, amea7asse a economia su67a. Esta medida apanhou o mercado de surpresa e est6 a gerar forte rea76o dos ativos ligados 6 economia su67a. Se por um lado a cota76o do franco su67o disparou face ao euro, por outro, a queda est6 a ser generalizada na bolsa su67a, mas as companhias exportadoras e financeiras, que s6o as mais penalizadas com a subida do franco, est6o a ser as mais castigadas.

Para a 6rea do euro, o impacto deve ser limitado. O Banco Nacional Su67o tem sido um grande investidor em d6vida p6blica francesa e alem6, entre outros, no 6mbito da interven76o no mercado monet6rio para defender o valor do franco su67o. Contudo, a procura por d6vida p6blica destes pa6ses 6 suficiente, de qualquer forma, mesmo sem as compras por parte do Banco Nacional Su67o.

1.2 Quadro macroeconómico nacional

A trajetória da economia portuguesa em 2014 reflete a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado da atividade e do nível de preços, caracterizado também pela manutenção da capacidade de reduzir o endividamento externo. As atuais projeções apontam para uma moderada recuperação da economia portuguesa nos próximos anos, ligeiramente acima do crescimento esperado para a área do euro. Esta evolução deverá traduzir-se numa taxa de variação média anual do PIB de 1,1% em 2014 e de 1,5% e 1,6% em 2015 e 2016, respetivamente, o que configura um crescimento médio neste período ligeiramente superior ao projetado para a área do euro.

A dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo crescimento robusto das exportações de bens e serviços e pela aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). A evolução da procura interna deverá continuar condicionada pelo ainda elevado nível de endividamento do setor privado e pelo processo de consolidação orçamental. O dinamismo das exportações, num contexto de melhoria dos termos de troca, deverá favorecer a manutenção de excedentes da balança corrente e de capital, permitindo uma melhoria da posição de investimento internacional. Face ao exposto, a atividade económica apresentará um crescimento de 1,1% em 2014 e o défice orçamental deverá situar-se em 4,8% do PIB.

Após uma redução de 1% em 2013, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresenta em 2014 uma evolução em linha com o PIB. A atividade nos setores produtores de bens e serviços transacionáveis deverá acelerar nos próximos anos, num quadro de recuperação da FBCF empresarial e de um continuado dinamismo das exportações, o que deverá implicar um aumento das importações, associado ao investimento em bens transacionáveis com elevado conteúdo importado. A atividade no setor da construção continuou a diminuir em 2014, em linha com a informação relativa às vendas de cimento para o mercado nacional, que diminuiram 8,9% face ao ano transato.

Indicadores Macroeconomicos	2012	2013	2014 ^(e)
Despesa e PIB			
- Consumo Privado	-5,8	-1,4	2,7
- Consumo Público	-3,9	-1,9	-0,1
- FBCF	-14,9	-6,3	3,7
- Exportações	6,3	6,4	2,9
- Importações	-4,7	3,6	5,0
- PIBpm	-3,2	-1,4	1,1
Inflação	2,8	0,4	0,1
Índice de Produção Industrial - IT	-3,0	0,8	1,5
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	-13,4	-0,5	-1,3
Índice PSI 20	2,9	16,0	-27,1
Taxa de Desemprego	15,7	16,2	13,1

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal
 Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego
 (e)- Estimativa

Durante o ano de 2014 assistiu-se a uma recuperação do consumo privado, 2,7% face a uma variação negativa de 1,4% em 2013, embora ainda condicionado pelos elevados níveis de endividamento. A FBCF interrompeu em meados de 2013 a trajetória de redução registada desde 2009, projetando-se uma variação de 3,7% em 2014. Esta evolução traduz em larga medida a trajetória de aceleração do investimento empresarial. O aumento da FBCF no PIB tem sido mais moderado no ciclo de recuperação atual, quando comparado com ciclos de períodos de recuperação anteriores. Esta evolução moderada reflete a continuada necessidade de redução do nível de endividamento das empresas, que deverá persistir nos próximos anos, já que, não obstante a redução recente, tal como no setor privado, este permanece muito elevado por comparação com a média da área do euro.

Os preços no consumidor têm vindo a desacelerar desde 2012, num contexto de deterioração da posição cíclica da economia portuguesa. Deste modo, o Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC) desacelerou em 2014 para 0,1% (0,4% em 2013). A inflação deverá permanecer em níveis baixos, projetando-se um aumento progressivo nos próximos anos, num quadro de recuperação moderada das economias nacional e mundial.

Adicionalmente, verificou-se uma recuperação da confiança dos consumidores ao longo de 2014, tendo permanecido consistente em valores superiores à média dos últimos dez anos. Esta evolução favorável também se verificou na generalidade dos indicadores de confiança, traduzindo-se num aumento do indicador de sentimento económico. No mercado de trabalho há igualmente alguns sinais de uma melhoria moderada do emprego, que reflete o contributo positivo do emprego privado por conta de outrem. A taxa de desemprego situou-se em 13,1% no final de 2014, face a 16,2% em 2013.

Não obstante as projeções para uma gradual recuperação da economia portuguesa, o potencial de crescimento previsto é relativamente limitado. De facto, a desalavancagem dos setores público e privado, os limitados níveis de capital produtivo por trabalhador, o baixo dinamismo previsto para os principais parceiros comerciais, com destaque para o conjunto da área do euro, continuarão a condicionar o potencial de crescimento da economia portuguesa no futuro.

Em meados de 2014 assistiu-se à queda de um dos grandes grupos bancários portugueses. A crise no Banco Espírito Santo (BES) teve naturalmente um impacto negativo sobre as empresas, particulares e sobre o próprio setor financeiro. A restritividade das condições de crédito às empresas aumentou, enquanto a confiança dos consumidores no sistema bancário português diminuiu.

Assim que os prejuízos do BES foram reportados, colocando o banco numa situação clara de insolvência, a intervenção pública tornou-se necessária. O esforço financeiro do Estado português, via Fundo de Resolução, rondou os 4 mil milhões de euros. O impacto da crise do BES no crescimento da economia portuguesa no próximo ano é difícil de

prever, mas face à robustez do restante sistema financeiro, o risco económico-financeiro é mais mitigado do que seria caso esta crise tivesse ocorrido em momentos anteriores, aquando de um sistema financeiro mais frágil.

Nos últimos anos, a economia portuguesa prosseguiu um forte ajustamento, que permitiu alcançar progressos assinaláveis na correção de desequilíbrios macroeconómicos. No entanto, o processo de reequilíbrio estrutural da economia ainda está incompleto e o ajustamento macroeconómico ainda exige aprofundamentos. Simultaneamente, não se devem ignorar os riscos, de natureza interna e externa, que impendem sobre a economia portuguesa. Neste quadro, é crucial o cumprimento dos compromissos estabelecidos a nível europeu em termos do processo de consolidação orçamental, que são indispensáveis para sustentar uma trajetória descendente do rácio da dívida pública. Em simultâneo, o processo de reformas estruturais no sentido da criação de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano deve ser aprofundado. Todas estas condições são indispensáveis para promover uma melhor afetação dos recursos e o crescimento da produtividade, contribuindo para o aumento sustentado dos níveis de bem-estar económico em Portugal.

1.2.1 O Setor das Telecomunicações

O ano de 2014, no que ao mercado das telecomunicações diz respeito, foi um ano essencialmente marcado pela consolidação do setor.

Desta forma, destacamos, durante este ano, os seguintes eventos no contexto mundial:

- ✓ A Comcast, sediada na Filadélfia, EUA, e maior operadora de cabo americano, compra a Time Warner Cable. Esta foi uma transação avaliada em cerca de 42,2 mil milhões de dólares em ações, o equivalente a 33 mil milhões de euros. Desta forma, a junção destes dois maiores operadores americanos resulta num total de cerca de 33 milhões de assinantes. De salientar que a Comcast, para além do negócio de televisão por cabo, vende ainda serviços de Internet e telefone, sendo ainda detentora da NBC Universal, onde se encontra a estação televisiva NBC e a Universal Studios.
- ✓ A companhia de telecomunicações americana AT&T compra a DirectTv. Conhecida como a segunda maior operadora de serviços de telefone móvel nos EUA, a AT&T adquire a DirectTv pelo montante de 49 mil milhões de dólares. No seu conjunto, os dois grupos perfazem um total de cerca de 26 milhões de assinantes. Um dos objetivos desta junção, de acordo com a AT&T, é levar banda larga a mais de 15 milhões de casas, principalmente nas zonas mais rurais do país.

No que se refere ao contexto europeu, salientam-se os seguintes acontecimentos:

- ✓ No final do mês de novembro, a Altice, detentora das portuguesas Cabovisão e ONI, comprou a francesa SFR – Société Française de Radiotéléphone, num negócio avaliado em 15 mil milhões de euros. Esta compra resultará na criação de um novo operador em França que irá unir a SFR e a Numericable.
- ✓ Em Espanha, e com o objetivo de reforçar a oferta de televisão e Internet no mercado nacional, a Vodafone compra a ONO pelo valor total de 7,2 mil milhões de euros.
Este negócio segue a linha estratégica da Vodafone de expandir a sua atividade na Europa através de aquisições. De recordar, ainda no ano de 2013, que o mesmo grupo procedeu à compra da Kabel Deutschland.
- ✓ O grupo de telecomunicações francês Orange lançou uma OPA sobre a espanhola Jazztel. A oferta rondou os 3,4 mil milhões de euros. O grupo de telecomunicações francês tem como intuito financiar esta operação através de um aumento de capital acima dos 2 mil milhões de euros.
- ✓ No que à gestão da rede de fibra ótica diz respeito, a espanhola ADIF foi comprada pela REE – Red Eléctrica de España, num negócio avaliado em 525 milhões de euros.
- ✓ O operador neutro de fibra ótica Gas Natural Fenosa Telecomunicaciones (GNFT) vendeu a sua filial de telecomunicações à empresa de capital de risco Cinven, por 510 milhões de euros. A Cinven passa assim a gerir a rede da GNFT, empresa que opera no mercado espanhol e na América Latina.

No contexto nacional, o setor das telecomunicações foi marcado pelos seguintes acontecimentos:

- A 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom aumenta a sua participação na brasileira Oi de 23,2% para 39,7%;
- A Vodafone e a PT celebraram um acordo de partilha de fibra ótica. O objetivo é que cada uma das operadoras possa aceder a 450 mil habitações em locais geográficos onde a outra empresa já tenha investido ou tenha intenção de investir. Desta forma, e tendo em conta esta infra-estrutura, prevê-se a disputa na aquisição de novos clientes.

No que se refere aos dados operacionais mais relevantes, destaca-se o desenvolvimento do FTTH – Fiber To The Home. O quadro que se segue apresenta o número de casas cobertas em Portugal, bem como o número de assinantes em dezembro de 2014.

FTTH/B data	dez-14	
	Nr. Subscritores	Nr. Casas Cobertas
Portugal Telecom	490 000	1 600 000
NOS	20 000	250 000
Vodafone	140 000	1 100 000
dstelecom	25 000	300 000
Total FTTH/B Portugal	675 000	3 250 000

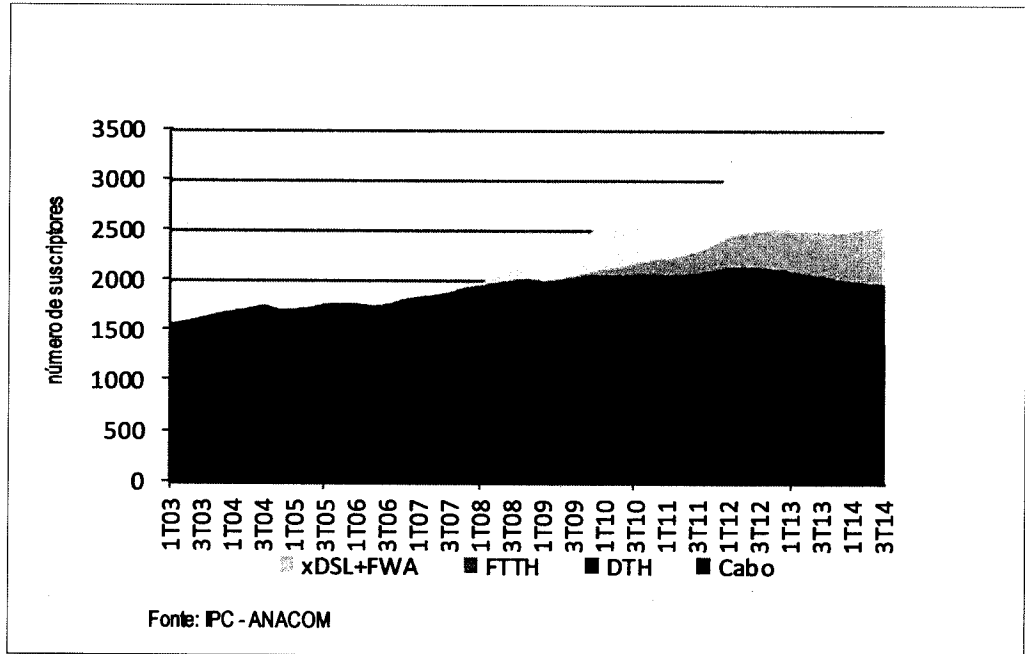
Fonte: FTTH Council Europe 2015

Dado o foco no mercado grossista das empresas de telecomunicações do Grupo dst, importa analisar a evolução da procura dos serviços de retalho suportáveis na sua rede.

Assim, de acordo com os indicadores publicados trimestralmente pelo organismo regulador do setor (ICP – Anacom), o número de assinantes de televisão por subscrição (considerando não só soluções *wireline* mas, também, por satélite – DTH – *Direct to Home*) atingiu, no final do 3.º trimestre de 2014, cerca de 3,29 milhões, mais 46,5 mil assinantes que no trimestre anterior. Quando comparado com o período homólogo, verifica-se uma variação positiva de 4,2%, ou seja, mais 132 mil assinantes.

O aumento do número de assinantes por tecnologia do serviço de televisão por subscrição no 3T14 deveu-se ao crescimento das ofertas suportadas em FO (FTTH/B), sendo o crescimento do serviço de FO no ano de 2014 superior em 6,8% face ao trimestre anterior. Neste período e em sentido contrário, o número de assinantes do serviço de TV por cabo registou uma diminuição de 0,8 por cento.

**Quadro A – Evolução do número de assinantes do serviço de televisão por subscrição
 por tecnologia**



Analisando a distribuição dos assinantes por tipo de serviço de televisão, no final do 3T2014 o serviço de distribuição de TV por cabo representava 42% do total de assinantes, o DTH e o xDSL 18% e a fibra ótica (FTTH/B) 22%.

No exercício económico em análise e tendo por base o 3T2014, o Grupo NOS deteve a quota mais elevada de assinantes de TV por subscrição com 44,5%, seguida da PT Comunicações (PTC) com 42,1% e da Vodafone e Cabovisão com 6,7% e 6,5% respetivamente. No final do 3T2014, e de acordo com informação prestada pelo Barómetro de Telecomunicações da Markttest-Rede Fixa, cerca de 64% dos lares com TV por subscrição dispunham de mais de 80 canais, o que representa um aumento de 11,2 pontos percentuais quando comparado com o trimestre homólogo. Por outro lado, o acesso a canais *premium* diminuiu 2,4 pontos percentuais face ao ano anterior, menos 1,6 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior. (Fonte: IPC – ANACOM)

Assistiu-se, igualmente, a um crescimento do número de clientes de acesso à Internet em local fixo. Segundo dados publicados pela ANACOM com referência ao terceiro trimestre de 2014, verificou-se um crescimento de 10,1% face ao trimestre homólogo, atingindo-se 2,6 milhões de clientes.

Quadro B – Evolução do número total de clientes de acesso fixo à Internet

	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14	Δ 3T14 vs 3T13	
						unid.	%
Clientes de banda larga (fixa)	2.384	2.440	2.490	2.543	2.624	240	10,1%
Clientes de acesso dial-up	24	24	24	24	23	-1	-3,5%
Número Total de Clientes	2.408	2.464	2.514	2.566	2.647	239	9,9%

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: Milhares de clientes

À semelhança de 2013, a principal tecnologia de acesso à Internet em banda larga fixa em 2014 continuou a ser o ADSL, que representa 39,4% do total com referência ao terceiro trimestre de 2014, não obstante ter sofrido uma ligeira quebra face ao período homólogo. O número de acessos via *modem* cabo representa 36,4% do total de acessos. Por sua vez, o acesso à Internet suportado em fibra óptica (*FTTH/B*) verificou um aumento de 3,9% face ao mesmo período de 2013, sendo esta a tecnologia que mais tem crescido. O número de utilizadores habilitados a utilizar Internet em banda larga móvel foi de 11,9 milhões – terceiro trimestre de 2014. A evolução da banda larga móvel tem sido impulsionada, sobretudo, pelo aumento do número de utilizadores de *smartphones*. (Fonte: IPC – ANACOM)

Quadro C – Evolução do número de acessos de banda larga (acesso fixo)

	3T13	2T14	3T14	Δ %	
				3T14/2T14	3T14/3T13
Total de acessos, dos quais:	2.508	2.678	2.750	2,7%	9,6%
Acessos ADSL	1.092	1.081	1.083	0,2%	-0,8%
% do Total de banda larga fixa	43,5%	40,4%	39,4%		
Acessos modem cabo	965	994	1.001	0,7%	3,7%
% do Total de banda larga fixa	38,5%	37,1%	36,4%		
Acessos FTTH/B	428	534	577	8,1%	34,8%
% do Total de banda larga fixa	17,1%	19,9%	21,0%		
Outros	23	69	89	29%	287%
% do Total de banda larga fixa	0,9%	2,6%	3,2%		

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: Milhares de acessos

No que se refere às quotas de clientes de banda larga fixa, e como se pode observar no quadro seguinte, a quota de clientes do Grupo PT, no final do terceiro trimestre de 2014, situou-se nos 49,3%, que comparam com os 51,1% do trimestre homólogo.

Quadro D – Evolução das quotas de clientes de banda larga (acesso fixo)

Operador	2013		2014		
	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Grupo PT	51,1%	50,5%	50,1%	49,8%	49,3%
PT Comunicações	51,1%	50,5%	50,1%	49,8%	49,2%
MEO	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Grupo NOS		-		34,9%	34,8%
NOS		-	-	32,5%	32,4%
NOS Madeira		-	-	1,6%	1,6%
NOS Açores		-	-	0,8%	0,8%
Grupo ZON Optimus	36,8%	36,2%	35,5%	-	-
ZON Portugal / TV Cabo	29,9%	29,6%	-	-	-
ZON TV Cabo Madeirense	1,6%	1,6%	-	-	-
ZON TV Cabo Açoreana	0,9%	0,8%	-	-	-
Optimus	4,5%	4,2%	-	-	-
Vodafone	5,1%	6,5%	7,8%	8,9%	9,8%
Grupo Altice	6,5%	6,3%	6,2%	6,0%	5,8%
Cabovisão	6,2%	6,1%	5,9%	5,7%	5,5%
ONITELECOM	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
Outros Prestadores Alternativos	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,3%

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: %

O Grupo NOS dispõe de uma quota de acessos de 34,8%, resultantes da fusão do Grupo ZON com a Optimus que ocorreu no terceiro trimestre de 2013.

Relativamente à Vodafone, de referir o ritmo crescente no que à captação de assinantes por trimestre diz respeito, atingido um quota de 9,8% no final do terceiro trimestre de 2014 (+ 4,7 pontos percentuais do que no terceiro trimestre de 2013).

Em relação ao número de acessos telefónicos principais, registou-se uma variação homóloga positiva de 0,8%, sendo que se verificou um crescimento dos acessos VoIP/VoB na ordem dos 14,1%, nos quais se incluem os acessos suportados nas redes de FO (FTTH/FTTB), que aumentaram 31,8%, e nas redes de TV por cabo (+ 2,0%).

Com referência ao final do terceiro trimestre de 2014, o Grupo PT Comunicações manteve a sua posição face ao período homólogo, sendo a sua quota de clientes de 54,8% neste segmento, inferior em 1,8 pontos percentuais face ao mesmo período de 2013. O Grupo NOS é o 2.º maior prestador, com uma quota de 30,5%.

Quadro E – Número de acessos do sistema telefone fixo

	3T13	2T14	3T14	Variação 3T14 / 2T14	Variação 3T14 / 3T13
Acessos Principais Totais	4.534	4.549	4.572	0,5%	0,8%
Acessos Analógicos	2.104	1.989	1.961	-1,4%	-8,8%
(dos quais) Postos Públicos	23	23	23	-1,4%	-1,2%
Acessos RDIS e Diginet	544	510	500	-2,1%	-8,2%
Básicos	281	257	248	-3,7%	-11,9%
Primários	257	248	243	-1,8%	-5,6%
Fracionados	3	4	4	-2,3%	36,2%
Outros acessos digitais	3	2	5	225,3%	76,0%
GSM / UMTS	444	452	465	2,9%	4,7%
VoIP / VoB	1.443	1.598	1.647	3,0%	14,1%

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: Milhares de acesso

Para o triênio de 2015-2017, o IPC - ANACOM prevê um conjunto de objetivos estratégicos que se orientam para os seguintes pontos:

- ✓ Garantia e proteção dos direitos dos cidadãos;
- ✓ Promoção de concorrência entre mercados;
- ✓ Garantia da gestão eficiente dos recursos públicos;
- ✓ Promoção da cooperação institucional e técnica;
- ✓ Promoção da eficiência e da eficácia internas.

2. Atividade da entidade

2.1. Organização

A Minhocom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, E.I.M., doravante designada por Minhocom, EIM, ou Entidade, foi constituída no âmbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, que teve como objetivo apoiar projetos de construção e desenvolvimento de infraestruturas de Banda Larga em regiões desfavorecidas, corrigir falhas de mercado e criar condições de sustentabilidade económica. O modelo de operação assenta no modelo de *Equal Access Networks*, no qual o acesso à infraestrutura é aberto a todos os operadores e prestadores de serviços de comunicações eletrónicas devidamente licenciados, sendo que as condições técnicas e financeiras de acesso à infraestrutura obedecem aos princípios de transparência e não discriminação.

A rede da Minhocom, EIM, abrange os Municípios de Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço.

A sua atividade ao longo de 2014, e à semelhança dos períodos anteriores, foi assegurada com recurso a prestadores de serviços externos especializados nos serviços de telecomunicações, dando cumprimento ao estipulado no âmbito do CCP (Código dos Contratos Públicos).

O excelente desempenho da Entidade no período deve-se sobretudo à positiva cooperação entre os seus acionistas públicos e privados, pelo que o trabalho desempenhado foi fundamental para os resultados alcançados ao longo de 2014.

Encontra-se atualmente em curso o processo de fusão da Minhocom, EIM com a Valicom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, E.I.M. ("Valicom"), uma congénere que abrange os Municípios de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Esposende, Caminha e Ponte da Barca.

2.2. Custos de exploração

O normal funcionamento da atividade da Minhocom, EIM, implica um investimento permanente na manutenção da infraestrutura. Neste sentido, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados ao clientes e a continuidade da atividade, a Entidade tem vindo a apostar na permanente inovação, com vista a otimizar a sua gestão corrente e a contenção de custos.

Apesar disso, a aposta numa gestão otimizada de recursos e na contenção de custos resultou numa redução significativa dos valores previstos em sede de orçamento.

2.3. Tecnologia

Apesar do cliente de retalho ser agnóstico à tecnologia que suporta a sua prestação de serviços, o mesmo não se passa com os clientes operadores de telecomunicações e sendo a Minhocom, EIM um operador *wholesale*, as opções tecnológicas constituem um elemento fundamental da sua estratégia de diferenciação pelo que a Entidade continuará a seguir as tendências de mercado por forma a complementar as funções existentes e alargar a sua capacidade de fornecimento de serviços, bem como a melhoria do desempenho.

Em linha com o seu excelente *track record* histórico ao nível do cumprimento dos níveis de serviço a que a Minhocom, EIM se comprometeu, também no período em análise tais objetivos foram plenamente alcançados e, em muitas situações, a Entidade provou ser mais eficiente e ultrapassar os níveis de serviço previstos.

Durante o período de 2014 foi dada continuidade ao processo de divulgação e analisadas novas medidas de sensibilização com o intuito de prevenção de cortes da infraestrutura.

2.4. Comercial e marketing

O trabalho comercial desenvolvido tem apresentado resultados muito positivos conforme se constata pelo facto de a Entidade ter como clientes, entre outros, os principais operadores de telecomunicações nacionais. O nível de rendimentos de exploração apresentou um crescimento significativo face ao período anterior, quer por via da criação de novos serviços, quer por via do acesso a uma rede maior de infraestruturas, sendo expectável que, em 2015, se mantenha um ritmo de crescimento sustentado ao nível da prestação de serviços de *wholesale*.

O alargamento do portefólio de serviços tem permitido à Minhocom, EIM ajustar a sua oferta às necessidades do mercado e ultrapassar as limitações resultantes da tipologia da infraestrutura que detém: rede de transporte sem capilaridade. Por este facto, tem vindo a realizar investimento em expansão da rede, essencialmente na infraestruturação de parques industriais, o que permite, por um lado potenciar a região e, por outro lado, a fixação de empresas, possibilitando as mesmas condições das zonas urbanas mais desenvolvidas e onde a proliferação de novas tecnologias é maior.

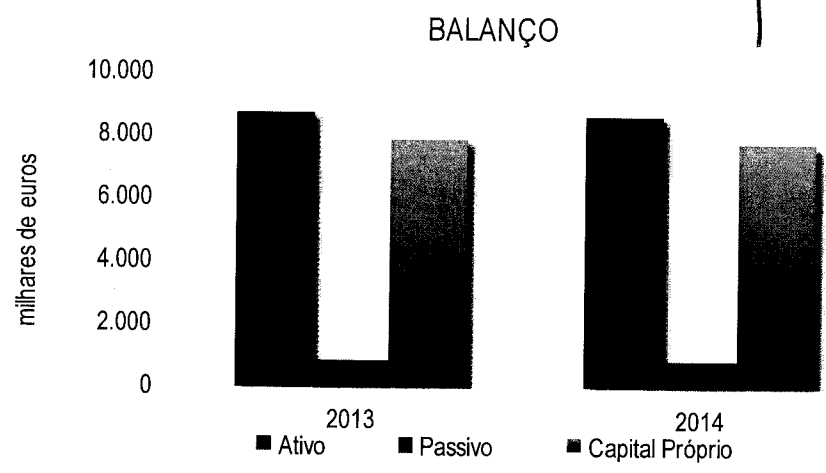
Por outro lado, a Entidade manteve a aposta na criação de condições de diferenciação da região e apostou nos vetores considerados mais prementes: saúde, educação e área empresarial, tendo dado contributos importantes para a região nestes importantes setores.

2.5. Análise económico-financeira

Em linha com o período transato, as principais componentes do Balanço no lado do Ativo são os Ativos Fixos Tangíveis e os saldos a receber de Clientes, ao passo que, no lado do Passivo, ressaltam as rubricas de Passivos por Impostos Diferidos, os Diferimentos e os saldos em dívida a Fornecedores e a outros credores (Outras Contas a Pagar).

Os Ativos Fixos Tangíveis incluem a infraestrutura da Rede Comunitária e respetivos equipamentos, que ficou concluída em Maio de 2010. A rubrica de Clientes reflete os valores a receber no âmbito dos contratos de conectividade e de aluguer de fibra escura e co-localização da referida Rede Comunitária.

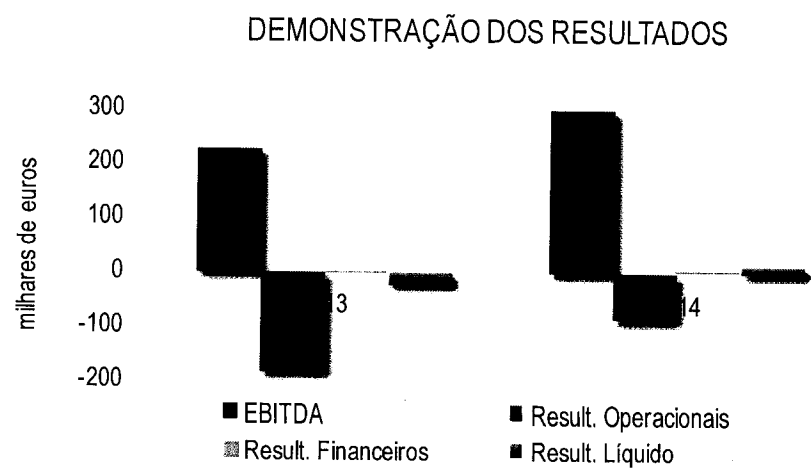
Saraí
 Relatório & Contas 2014



No que respeita ao Capital Próprio da entidade, é de notar que na rubrica de Outros Instrumentos de Capital Próprio encontram-se registadas as prestações acessórias realizadas pelo acionista privado, no montante de 6,5M€. Por sua vez, na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio está relevado contabilisticamente, no montante de 2,5M€, o subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C. Merece ainda destaque, a capacidade da entidade em manter o seu rácio de autonomia financeira na ordem dos 90%.

O EBITDA da entidade em 2014 ascendeu a 154,1m€, o que representa um aumento de 138% face ao período anterior e uma notável evidência da sustentabilidade operacional da Minhocom.

Também o volume de negócios evoluiu positivamente, superando os 281,5m€ no ano, com o qual a entidade atingiu um Resultado Líquido do Período positivo de 11,8m€.



O facto de a Minhocom ter registado um ano excelente ao nível da sua atividade operacional reflete-se positivamente, sem surpresas, nos seus indicadores económicos e financeiros, conforme seguem:

Descrição	2012	2013	2014
Indicadores Económicos			
Valor Acrescentado Bruto*	23.102	83.738	177.800
EBITDA*	12.178	64.650	154.120
EBITDA %	9,62%	36,19%	54,70%
Cash-Flow *	63.747	224.027	251.992
Indicadores Financeiros			
Autonomia Financeira	87,99%	89,89%	89,95%
Liquidez Geral	52,15%	81,83%	136,55%
Solvabilidade Total	732,79%	889,23%	894,88%
*Valores em euros			

Desde já, salienta-se que, não só a Minhocom manteve um notável rácio de autonomia financeira, como também os seus níveis de liquidez geral e de solvabilidade total são extremamente positivos. Do mesmo modo, em 2014, a entidade gerou *cash flows* de 252m€, o que é um dado de salutar.

3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

4. Perspetivas futuras

No decorrer do período de 2015 espera-se que os promotores da Minhocom, EIM, bem como as entidades locais relevantes para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua Rede Privada de nova geração, fazendo uso pleno das suas potencialidades e estimulando os operadores de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da Entidade.

Adicionalmente, é expectável o aumento gradual do volume de negócios da Minhocom, EIM, em resultado da atividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente do alargamento do portefólio de serviços disponibilizados e da continuidade de interligação desta rede com outras Redes de Nova Geração existentes, de modo a desenvolver sinergias na sua rede.

Para 2015 está prevista a conclusão do processo de fusão da Entidade com a Valicom. A concentração das atividades visa o aproveitamento de sinergias, com a conseqüente diminuição dos custos associados à gestão operativa, ao controlo de gestão e pela eliminação de duplicações em áreas de *back office*.

Sano
Relatório & Contas 2014

5. Ações próprias

No decurso do período de 2014 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2014, a sociedade não detinha ações próprias.

6. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Durante o período de 2014 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

7. Sucursais da sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

8. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido positivo do período de 2014, no valor de 11.821,95€ (onze mil, oitocentos e vinte e um euros e noventa e cinco cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal.....	591,10€
Resultados Transitados.....	11.230,85€

9. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros

No contexto económico e financeiro em que a entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. Neste sentido, a análise do risco é assegurada pelas diversas unidades corporativas do grupo em que a entidade se insere. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos do grupo em que está inserida.

10. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 27 de fevereiro de 2015.

12. Nota final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 27 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração,

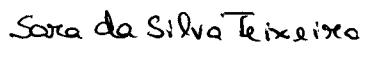

José Gonçalves Teixeira; *Presidente*


António Abílio Pereira Torres; *Vogal*


Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*


João Fernando Brito Nogueira; *Vogal*

Sara da Silva Teixeira; *Vogal*


Sara da Silva Teixeira

B) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º e no n.º 4 do artigo 448.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, apresentamos, de seguida, a lista de ações abrangidas pelo disposto nesse preceituado:

1. Nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do CSC, em 31 de dezembro de 2014, os membros do Conselho de Administração não eram titulares de quaisquer ações da entidade.
2. Os seguintes acionistas, abrangidos pelo disposto no n.º 4 do art.º 448.º do CSC, eram titulares, em 31 de dezembro de 2014, de pelo menos um décimo do capital:
 - i. – Associação de Municípios do Vale do Minho, com 51% do capital;
 - ii. – dstelecom, s.a., com 48,49% do capital.

Valença, 27 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração,

José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

António Abílio Pereira Torres; *Vogal*

Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

João Fernando Brito Nogueira; *Vogal*

Sara da Silva Teixeira
Sara da Silva Teixeira; *Vogal*

C) Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Gonçalves Teixeira

Vogal: António Abílio Pereira Torres

Vogal: Vítor Paulo Gomes Pereira

Vogal: João Fernando Brito Nogueira

Vogal: Sara da Silva Teixeira

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Augusto Henrique Oliveira Domingues

Vice- Presidente: Jorge Manuel Salgueiro Mendes

Secretário: Susana Daniela Simões da Silva Braga

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (Fiscal Único)

Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC,

representado por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159).

Suplente: Dr.ª Maria Manuela Alves Malheiro (ROC n.º 916).

D) Demonstrações Financeiras Individuais

Balço Individual em 31 de dezembro de 2014

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	8.324.219,96	8.651.361,70
Ativos intangíveis	7	-	486,11
		8.324.219,96	8.651.847,81
Ativo corrente			
Clientes	8	288.112,56	107.412,34
Adiantamentos a fornecedores	14	60,27	-
Estado e outros entes públicos	10	5.214,71	4.053,28
Outras contas a receber	9	2.420,65	5.318,16
Diferimentos	11	633,44	201,72
Caixa e depósitos bancários	4	6.879,82	13.131,78
		303.321,45	130.117,28
Total do ativo		8.627.541,41	8.781.965,09
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	12	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	13	6.479.588,53	6.479.588,53
Resultados transitados		(1.322.837,75)	(1.199.914,66)
Outras variações no capital próprio		2.541.775,46	2.589.600,64
Resultado líquido do período		11.821,95	(25.067,66)
Total do capital próprio		7.760.348,19	7.894.206,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	16	645.068,89	728.757,03
		645.068,89	728.757,03
Passivo corrente			
Fornecedores	14	46.696,04	20.977,89
Estado e outros entes públicos	10	20.224,99	6.941,77
Outras contas a pagar	15	65.797,15	53.002,26
Diferimentos	11	89.406,15	78.079,29
		222.124,33	159.001,21
Total do passivo		867.193,22	887.758,24
Total do capital próprio e do passivo		8.627.541,41	8.781.965,09

Valença, 27 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração,

M. L. A.

O Técnico Oficial de Contas,

Susana Queiroz

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas – período findo em 31 de dezembro de 2014

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	17	281.743,13	178.649,92
Fornecimentos e serviços externos	19	(117.034,43)	(99.363,78)
Gastos com o pessoal	20	(16.920,11)	(13.007,65)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(8.386,29)	10.040,96
Outros rendimentos e ganhos	18 e 21	13.091,35	4.452,13
Outros gastos e perdas	22	(6.760,20)	(6.080,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		145.733,45	74.691,34
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(231.783,45)	(259.135,44)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(86.050,00)	(184.444,10)
Juros e rendimentos similares obtidos	23	16,52	-
Juros e gastos similares suportados	24	-	(4,95)
Resultado antes de impostos		(86.033,48)	(184.449,05)
Imposto sobre o rendimento do período		97.855,43	159.381,39
Resultado líquido do período		11.821,95	(25.067,66)
Resultado por ação básico		1,18	(2,51)

Valença, 27 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,

Carla Brito
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
Sara da Silva Teixeira

Susana Queiroz

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2014

Unidade monetária: euros

DESCRICÃO	NOTAS	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2014		50.000,00	6.479.588,53	(1.199.914,66)	2.589.600,64	(25.067,66)	7.894.206,85
Alterações no período							
Aplicação do resultado de 2013				(25.067,66)		25.067,66	
Alterações em outras variações no capital próprio:					(145.680,61)		(145.680,61)
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	-	97.855,43		
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	(122.923,09)	(47.825,18)	25.067,66	(145.680,61)
Resultado líquido do período						11.821,95	11.821,95
Resultado integral						11.821,95	11.821,95
Operações com detentores de capital no período							
Posição em 31 de dezembro de 2014		50.000,00	6.479.588,53	(1.322.837,75)	2.541.775,46	11.821,95	7.760.348,19

Valença, 27 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração,

António Teixeira
 António Teixeira
 Sec. da S. S. Teixeira

O Técnico Oficial de Contas
Susane Queiroz

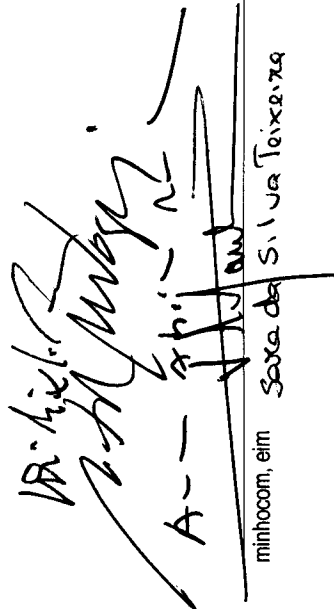
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2013

Unidade monetária: euros

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2013		50.000,00	6.479.588,53	(796.446,75)	2.590.954,41	(242.831,40)	8.081.264,79
Alterações no período		-	-	(242.831,40)	-	242.831,40	-
Aplicação do resultado de 2012		-	-	-	(161.990,28)	-	(161.990,28)
Alterações em outras variações no capital próprio:		-	-	(160.636,51)	160.636,51	-	-
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	(403.467,91)	(1.353,77)	242.831,40	(161.990,28)
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	(25.067,66)	(25.067,66)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	(25.067,66)	(25.067,66)
Resultado integral		-	-	-	-	(25.067,66)	(25.067,66)
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2013		50.000,00	6.479.588,53	(1.199.914,66)	2.589.600,64	(25.067,66)	7.894.206,85

Valença, 27 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração,



António Silva Teixeira

O Técnico Oficial de Contas,

Susane Queiroz

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa – período findo em 31 de dezembro de 2014

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		132.506,17	175.744,40
Pagamentos a fornecedores		(100.082,07)	(154.222,33)
Pagamentos ao pessoal		(15.641,49)	(12.527,33)
Caixa gerada pelas operações		16.782,61	8.994,74
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(976,87)	(1.053,28)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		15.805,74	7.941,46
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(22.074,22)	(408,80)
Ativos intangíveis		-	(2.400,00)
		(22.074,22)	(2.808,80)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos intangíveis		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		16,52	-
		16,52	-
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		(22.057,70)	(2.808,80)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	(4,95)
		-	(4,95)
Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)		-	(4,95)
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)			
		(6.251,96)	5.127,71
Caixa e seus equivalentes no início do período		13.131,78	8.004,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	6.879,82	13.131,78

Valença, 27 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,

Susane Queiroz

Anexo em 31 de dezembro de 2014

1. Identificação da entidade

Designação da Entidade: Minhocom, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim.

Sede Social: Avenida Miguel Dantas, nº 69, Valença

Data da Constituição: 20 de março de 2008

N.º Contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61100 – Atividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Associação de Municípios do Vale do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da atividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma atividade de interesse geral.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

As referidas normas do SNC estão reguladas pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (SNC), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Concetual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);

- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, foram utilizadas as normas que integram o SNC, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

Contudo, sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão descritas de seguida.

3.1. Bases de apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são reconhecidos nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2014 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

SareT

[Handwritten signature]
Relatório & Contas 2014

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Edifícios e outras construções	10 a 40	2,5 a 10
Equipamento básico	7 a 8	12,5 a 14,29
Equipamento administrativo	8	12,50

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e

depreciadas às taxas correspondentes à vida residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", respetivamente.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Na sua maioria, os ativos intangíveis são constituídos por programas de computador e são amortizados pelo método da linha reta, aplicado em regime de duodécimos a partir do momento em que os mesmos estão disponíveis para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada. Não é considerado qualquer valor residual.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos intangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Programas de computador	3	33,33

As mais e menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação/retirada, sendo reconhecidas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.3. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que

não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.4. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.2.5. Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram. SO

Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a generalidade dos colaboradores.

3.2.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo todas as condições definidas na NCRF 27, nomeadamente que:

- tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com

indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um spread (5%);

- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

Sauai

[Handwritten signature]

3.2.7. R dito

O rédito compreende os rendimentos associados a serviços prestados. O rédito na presta o de serviços   reconhecido na demonstra o dos resultados quando prestados, tendo em conta a propor o entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não   reconhecido quando   decorrente de situa es de incerteza face   aceita o ou cobrança da presta o de serviços.

Caso se verifiquem situa es em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença   reconhecida na rubrica "Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstra o dos resultados   medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa presta o, incorridos.

3.2.8. Subsídios e apoios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a entidade irá cumprir com as condi es exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis atribuídos para financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio e posteriormente imputados na demonstra o dos resultados, proporcionalmente às deprecia es e amortiza es respetivas dos ativos subsidiados.

Nesta conformidade, em prol da imagem verdadeira e apropriada, na demonstra o dos resultados, o valor das deprecia es e amortiza es aparece líquido do montante do subsídio imputado a rendimento do período.

3.2.9. Imparidade de ativos

  data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou altera o nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável,   efetuada uma avalia o de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado   superior   sua quantia recuperável,   reconhecida uma perda por imparidade na demonstra o dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou nas rubrica "Imparidade de d vidas a receber (perdas/reversões)" ou "Imparidade de inventários (perdas/reversões)" caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

Saraí
Relatório & Contas 2014

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

3.2.10. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados

utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto corrente e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

As declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2010 e seguintes, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo acima referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010, de quatro anos para os períodos de 2010 a 2012 e de cinco anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores. Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2010 e término em 2014.

Savit

 Relatório & Contas 2014

3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

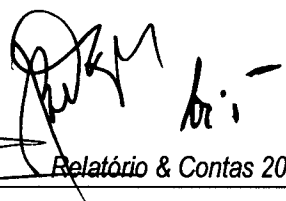
4. Fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica de "Caixa e depósitos bancários" tem a seguinte composição:

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa	28,00	28,00
Depósitos bancários	6.851,82	13.103,78
Total de caixa e depósitos bancários	6.879,82	13.131,78

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

Sara T

 Relatório & Contas 2014

5. Partes relacionadas

a) Informação relativa à empresa-mãe

Tem participação no capital social da entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Sociedades	Participação
Associação de Municípios do Vale do Minho	51%
DSTelecom, S.A.	48%

Os principais saldos no final do período corrente entre a entidade, acionistas e outras empresas do grupo são os seguintes:

Empresas	Saldos
Empresas associadas	
blu, s.a.	15.685,21
derivadas e segmentos, s.a.	9,78
domingos da silva teixeira, s.a.	(2.035,50)
dst - sgps, s.a.	(11.563,66)
dstelecom, norte, s.a.	108.425,09
dstelecom, s.a.	74.183,14
dte, instalações especiais, s.a.	(29.950,31)
innovation point - investigação e desenvolvimento, s.a.	(2.154,96)
valicom gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim	10.455,59
	163.054,38

As principais transações no final do período corrente entre a entidade, acionistas e outras empresas do grupo são as seguintes:

Empresas	Transações			
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Juros e rendimentos similares obtidos	Outros rendimentos e ganhos
Empresas associadas				
blu, s.a.	12.752,22	-	-	-
domingos da silva teixeira, s.a.	-	(5.690,00)	-	-
dst - sgps, s.a.	-	-	16,52	-
dstelecom, norte, s.a.	52.394,59	-	-	13.091,35
dstelecom, s.a.	72.085,50	(59.011,32)	-	-
dte, instalações especiais, s.a.	-	(9.776,31)	-	-
innovation point - investigação e desenvolvimento, s.a.	-	(1.241,00)	-	-
valicom gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim	39.882,46	-	-	-
	177.114,77	(75.718,63)	16,52	13.091,35

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no exercício das suas funções durante o período de 2014 e 2013 foram as seguintes:

	2014	2013
Órgãos Sociais	7.089	-
Fiscal Único (ROC)	1.230	1.230
	8.319	1.230

6. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2014 pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	AFT em curso	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	9.203.371,39	864.585,31	8.785,04	10.078.797,48
2 Depreciações acumuladas iniciais	1.000.768,10	424.611,94	-	1.427.435,78
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	8.202.603,29	439.973,37	8.785,04	8.651.361,70
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(240.917,38)	(91.457,83)	5.233,47	(327.141,74)
5.1 Total das adições	32.918,34	11.684,40	5.233,47	49.836,21
Aquisições em 1.ª mão	32.918,34	11.684,40	5.233,47	49.836,21
5.2 Total das diminuições	273.835,72	103.142,23	-	376.977,95
Depreciações	273.835,72	103.142,23	-	376.977,95
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7.961.685,91	348.515,54	14.018,51	8.324.219,96

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2013 pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	AFT em curso	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	9.203.371,39	861.988,19	2.055,74	8.785,04	10.076.200,36
2 Depreciações acumuladas iniciais	730.375,72	313.864,57	1.827,33	-	1.046.067,62
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	8.472.995,67	548.123,62	228,41	8.785,04	9.030.132,74
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(270.392,38)	(108.150,25)	(228,41)	-	(378.771,04)
5.1 Total das adições	-	2.597,12	-	-	2.597,12
Aquisições em 1.ª mão	-	2.597,12	-	-	2.597,12
5.2 Total das diminuições	270.392,38	110.747,37	228,41	-	381.368,16
Depreciações	270.392,38	110.747,37	228,41	-	381.368,16
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	8.202.603,29	439.973,37	-	8.785,04	8.651.361,70

Nos períodos de 2014 e de 2013, a rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2014			2013		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento de subsídios ao investimento	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento de subsídios ao investimento	Total
Ativos fixos tangíveis	(376.977,95)	145.680,61	(231.297,34)	(381.368,16)	161.990,28	(219.377,88)
Ativos intangíveis	(486,11)	-	(486,11)	(39.757,56)	-	(39.757,56)
	(377.464,06)	145.680,61	(231.783,45)	(421.125,72)	161.990,28	(259.135,44)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos de acordo com a política contabilística definida na Nota 3 acima.

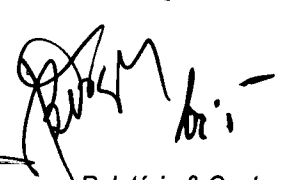
Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção da Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

7. Ativos intangíveis

A informação relativa à quantia escriturada dos ativos intangíveis, com referência ao período de 2014 pode ser analisada como segue:

Descrição	Programas de computador	Total
Com vida útil finita:		
4 Quantia bruta escriturada inicial	333.618,04	333.618,04
5 Amortizações acumuladas iniciais	333.131,93	333.131,93
7 Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	486,11	486,11
8 Movimentos do período:(8 = 8.1 - 8.2)	(486,11)	(486,11)
8.1 Total das adições	-	-
Aquisições em 1.ª mão	-	-
8.2 Total das diminuições	486,11	486,11
Amortizações	486,11	486,11
9 Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	-	-

Sana

 Relat6rio & Contas 2014

A informa7o relativa  quantia escriturada dos ativos intang6veis, com refer6ncia ao per6odo de 2013 pode ser analisada como segue:

Descri7o	Programas de computador	Total
Com vida 6til finita:		
4 Quantia bruta escriturada inicial	331.218,04	331.218,04
5 Amortiza7es acumuladas iniciais	<u>293.374,37</u>	<u>293.374,37</u>
7 Quantia l6quida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	<u>37.843,67</u>	<u>37.843,67</u>
8 Movimentos do per6odo:(8 = 8.1 - 8.2)	<u>(37.357,56)</u>	<u>(37.357,56)</u>
8.1 Total das adiq7es	<u>2.400,00</u>	<u>2.400,00</u>
Aquisi7es em 1. mão	<u>2.400,00</u>	<u>2.400,00</u>
8.2 Total das diminui7es	<u>39.757,56</u>	<u>39.757,56</u>
Amortiza7es	<u>39.757,56</u>	<u>39.757,56</u>
9 Quantia l6quida escriturada final (9 = 7 + 8)	<u>486,11</u>	<u>486,11</u>


8. Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a rubrica de "Clientes" apresentava a seguinte composi7o:

Rubricas	31.12.2014	31.12.2013
Clientes c/c	288.112,56	107.412,34
Clientes de cobran7a duvidosa	<u>8.386,29</u>	-
	<u>296.498,85</u>	<u>107.412,34</u>
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(8.386,29)</u>	-
	<u>288.112,56</u>	<u>107.412,34</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as d6vidas de cobran7a duvidosa apresentavam a seguinte composi7o:

DESCRIP7O	31.12.2014	31.12.2013
Reclamadas judicialmente	<u>8.386,29</u>	-
	<u>8.386,29</u>	-

Senat

 Relatório & Contas 2014

Nos períodos de 2014 e de 2013, a rubrica de “Imparidade de dívidas a receber” apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2014			2013		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber de clientes	(8.386,29)	-	(8.386,29)	-	10.040,96	10.040,96
	(8.386,29)	-	(8.386,29)	-	10.040,96	10.040,96

9. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a rubrica de “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2014	31.12.2013
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	1.940,44	5.318,16
	1.940,44	5.318,16
Outros devedores	480,21	-
	2.420,65	5.318,16

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2014	31.12.2013
Ativo		
Imposto sobre rendimento	5.214,71	4.053,28
	5.214,71	4.053,28
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimento	184,56	65,24
Imposto sobre o valor acrescentado	19.631,20	6.516,86
Contribuições para a Segurança Social	409,23	359,67
	20.224,99	6.941,77

Sara

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a rubrica de "Gastos e Rendimentos a reconhecer" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2014	31.12.2013
Gastos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	594,44	139,44
Outros gastos	39,00	-
	633,44	201,72
Rendimentos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	87.224,27	78.079,29
Outros rendimentos	2.181,88	-
	89.406,15	78.079,29

12. Capital realizado

O capital societário da Entidade manteve-se inalterado no período, sendo constituído por 10.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros, encontra-se totalmente realizado.

A Associação de Municípios do Vale do Minho detém 5.100 ações de categoria A, relativamente às quais são conferidos direitos especiais quanto à partilha do ativo resultante da liquidação da sociedade. Todas as restantes ações são ordinárias.

13. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as prestações acessórias suplementares efetuadas pelo sócio privado no valor de 6.479.588,53 euros, e que o Conselho de Administração considera que não se qualificam como passivo.

A restituição das prestações acessórias depende da deliberação dos acionistas e não pode ser efetuada se, após a restituição, o capital próprio ficar inferior à soma do capital societário e as reservas legais.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2014	31.12.2013
Fornecedores c/c	46.696,04	20.977,89
	<u>46.696,04</u>	<u>20.977,89</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a rubrica de "Adiantamentos a fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2014	31.12.2013
Fornecedores	60,27	-
	<u>60,27</u>	<u>-</u>

15. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2014	31.12.2013
Passivo corrente		
Remunerações a pagar	1.040,01	634,69
Fornecedores de investimentos	29.950,31	2.188,32
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros	42,21	-
Remunerações a pagar	2.674,92	1.785,94
Fornecimentos e serviços externos	1.496,77	3.052,58
	<u>4.213,90</u>	<u>4.838,52</u>
Passivos por impostos diferidos	30.592,93	44.760,22
Outros	-	580,51
	<u>65.797,15</u>	<u>53.002,26</u>

Sara T

16. Ativos e passivos por impostos diferidos

As variações na rubrica de "Ativos e passivos por impostos diferidos", com referência ao período de 2014 são as seguintes:

	01.01.2014		Variação		31.12.2014	
	Base	imposto	Base	imposto	Base	imposto
Passivos por impostos diferidos						
Subsidio investimento	3.363.117,89	773.517,25	(145.680,61)	(97.855,43)	3.217.437,28	675.661,82
	3.363.117,89	773.517,25	(145.680,61)	(97.855,43)	3.217.437,28	675.661,82
Não Corrente		728.757,03				645.068,89
Corrente		44.760,22				30.592,93

As variações na rubrica de "Ativos e passivos por impostos diferidos", com referência ao período de 2013 são as seguintes:

	01.01.2013		Variação		31.12.2013	
	Base	imposto	Base	imposto	Base	imposto
Ativos por impostos diferidos						
Provisões não acetes	4.736,30	1.255,12	(4.736,30)	(1.255,12)	-	-
	4.736,30	1.255,12	(4.736,30)	(1.255,12)	-	-
Não Corrente		1.255,12				-
Corrente		-				-
Passivos por impostos diferidos						
Subsidio investimento	3.525.108,17	934.153,76	(161.990,28)	(160.636,51)	3.363.117,89	773.517,25
	3.525.108,17	934.153,76	(161.990,28)	(160.636,51)	3.363.117,89	773.517,25
Não Corrente		882.582,32				728.757,03
Corrente		51.571,44				44.760,22

17. Vendas e serviços prestados

Nos períodos de 2014 e de 2013, as rubricas de "Vendas e serviços prestados" apresentavam a seguinte composição:

Rubricas	2014		2013	
	mercado interno	Total	mercado interno	Total
Serviços prestados	281.743,13	281.743,13	178.649,92	178.649,92
	281.743,13	281.743,13	178.649,92	178.649,92

Saor

[Handwritten signature]

18. Subsídios e apoios do Governo

A Entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 €.

50

O valor total do subsídio encontra-se registado na rubrica "Outras variações no capital próprio" e encontra-se a ser reconhecido ano a ano por contrapartida da demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2014, o valor reconhecido, foi de 145.680,61€.

19. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2014 e de 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2014	2013
Subcontratos	5.379,31	6.142,00
Eletricidade	27.772,41	19.464,85
Combustíveis	-	825,98
Ferramentas	-	17,55
Material escritório	295,00	190,50
Rendas e alugueres	854,26	248,58
Comunicação	205,36	109,35
Seguros	1.664,20	3.899,46
Transporte de mercadorias	-	515,00
Deslocações e estadas	1.023,42	120,65
Honorários	-	12,10
Contencioso e notariado	1.131,00	325,00
Conservação e reparação	10.584,50	2.821,16
Trabalhos especializados	66.287,32	63.728,60
Outros FSE	1.837,65	943,00
	117.034,43	99.363,78

20. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

20.1. Pessoas ao serviço

	2014	2013
Administradores	5	5
Empregados	1	1
	6	6

20.2. Gastos com o pessoal

Nos períodos de 2014 e de 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	7.089,25	-
Remunerações do pessoal	6.673,15	10.650,25
Encargos sobre remunerações	3.003,05	2.289,89
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	134,61	56,03
Outros gastos com pessoal	20,05	11,48
	16.920,11	13.007,65

21. Outros rendimentos e ganhos

Nos períodos de 2014 e de 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2014	2013
Rendimentos suplementares	13.091,35	4.451,68
Outros rendimentos e ganhos	-	0,45
	13.091,35	4.452,13

22. Outros gastos e perdas

Nos períodos de 2014 e de 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2014	2013
Impostos e taxas	670,00	40,00
Dívidas incobráveis	-	6.024,58
Danos a terceiros	6.000,00	-
Serviços bancários	5,20	15,60
Outros gastos e perdas	85,00	0,06
	6.760,20	6.080,24

23. Juros e rendimentos similares obtidos

Nos períodos de 2014 e de 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2014	2013
Juros de empréstimos concedidos	16,52	-
	<u>16,52</u>	<u>-</u>

24. Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2014 e de 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2014	2013
Juros de mora e compensatórios	-	4,95
	<u>-</u>	<u>4,95</u>

25. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2014) e a data de autorização para a sua emissão (27 de fevereiro de 2015), não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

26. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do nº 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 1.230 euros, referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

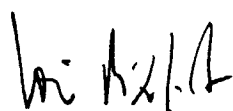
27. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 27 de fevereiro de 2015.

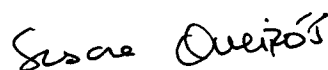
Valença, 27 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,



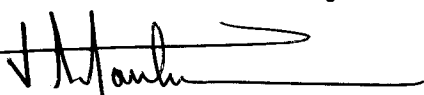
José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



Susana Maria Macedo Queirós



António Abílio Pereira Torres; *Vogal*



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*



João Fernando Brito Nogueira; *Vogal*



Sara da Silva Teixeira; *Vogal*

E) Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, as quais compreendem o Balanço Individual em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 8.627.541,41 euros e um total de capital próprio de 7.760.348,19 euros, incluindo um resultado líquido do período de 11.821,95 euros), a Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa e o Anexo do período findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, as alterações da sua posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão de Gestão, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, em 31 de dezembro de 2014, as alterações da sua posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Braga, 10 de março de 2015.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148
Representada por:
Mário da Cunha Guimarães, R.O.C. n.º 1159.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 148
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
geral@jmm.sroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
Apartado 2652 - 4701-896 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759

F) Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do período apresentados pelo Órgão de Gestão da Entidade **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014.
2. Em cumprimento do disposto no ponto 6, do art.º 25.º da referida Lei n.º 50/2012, durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, e, em particular, a mencionada na sua alínea k), das quais resultou a emissão, em 10 de março de 2015, da Certificação Legal das Contas, na modalidade sem reservas e sem ênfases.
3. Face ao exposto, e considerando que:
 - 3.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
 - 3.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o Órgão de Gestão e os Serviços da Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados;
 - 3.3. As bases de mensuração aplicadas, explicitados no Anexo, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da Entidade,

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do período de 2014, tal como foram apresentados pelo Órgão de Gestão;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Órgão de Gestão.
4. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Órgão de Gestão e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 10 de março de 2015.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148
Representada por:
Mário da Cunha Guimarães, R.O.C. n.º 1159.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 148
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
geral@jmm.sroc.pt

Escritórios
Poio de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
Apartado 2652 - 4701-896 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Jmm sroc.
Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759